



GÊNERO E SEXUALIDADE: CORPORALIDADES EM DISUPTA, SUJEITOS QUE SE (DES)ENCONTRAM

Natalia Silveira de Carvalho¹

Resumo: Analisando a demanda política de despatologização da transexualidade, o artigo visa abordar o processo de construção do sujeito político do movimento feminista. O artigo também analisa movimentos teóricos dispostos a pensar a temática de gênero e sexualidade nas disputas de sentidos sobre corpo e identidade.

Palavras-chave: feminismo; sujeito político; gênero; sexualidade; transexualidade

Este trabalho apresenta parte dos resultados obtidos em uma pesquisa que questiona se é possível compreender a demanda da despatologização da transexualidade como prática feminista. A partir da observação dos encontros e desencontros entre o movimento transexual, o movimento feminista e movimento de mulheres lésbicas no Brasil – e seleciono para tanto o movimento de entrada das mulheres transexuais no espaço dos Encontros Feministas da América Latina e Caribe, bem como a disputa pela legitimidade de ser sujeito político do movimento de lésbicas que aconteceu no VI SENALE (Seminário Nacional de Lésbicas) de 2006 -, o objetivo do trabalho é pensar em que termos têm se constituído os sujeitos políticos destes movimentos, em especial o do feminismo. Aqui dou mais atenção aos movimentos teóricos que, como procurei argumentar, atuam como tecnologias de gênero e influenciam nossa forma de fazer política.

Despatologização: alguns desdobramentos

Movimentos sociais, feministas ou não, tem reivindicado a despatologização da transexualidade em contexto mundial, como o movimento *Stop Trans pathologization*, que conseguiu maior projeção internacional por campanhas em larga escala a partir de 2009, mas com registros de manifestações desde 2007 (MENDEZ, 2009), com adesão

¹ Bacharela em Direito. Mestranda do Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – Universidade Federal da Bahia. E-mail: nsilveira.carvalho@gmail.com

de sete organizações brasileiras. Para estes movimentos, entender a transexualidade e a intersexualidade como patologias restringe a possibilidade de ser e sentir a apenas duas possibilidades de existência – ou homem ou mulher – e reivindicam o direito à autodeterminação. O movimento surge com o início do processo de revisão do DSM-IV para pressionar a retirada da transexualidade do manual.

O manifesto elaborado pelo *Stop Trans* chega a uma conclusão interessante sobre os protocolos que patologizam a transexualidade: estes confundem os efeitos da transexualidade com transfobia. Detentores de um discurso vitimizante sobre transexuais, os manuais defendem os tratamentos por reconhecerem situações de sofrimento vivenciadas quando alguém foge ao padrão binário de existência. Assim, qual seria o problema: a transexualidade ou a transfobia? E acrescenta o manifesto:

À frente do grupo de trabalho sobre o TIG encontram-se o **Dr. Zucker** (diretor do grupo) e o **Dr. Blanchard**, entre outros. Estes psiquiatras, que são conhecidos por utilizar terapias reparativas de reconversão de homossexuais e transexuais e que estão vinculados a clínicas que intervêm junto a intersexuais, **propõem não somente não retirar o transtorno, mas ampliar o tratamento para crianças que apresentem comportamentos de gênero não-normativos aplicando-lhes terapias reparativas de adaptação aos papéis de origem.** Neste sentido, o movimento trans norte-americano tem feito uma convocação solicitando a expulsão de ambos do grupo encarregado da revisão do DSM. A Rede Internacional pela Despatologização das Identidades Trans se une sem reservas à citada denúncia. (online, grifo do próprio texto)

O manifesto ressalta a realidade norte-americana para o acesso ao processo transexualizador e a mudança de nome e registro civil, que é uma situação semelhante ao que encontramos no Brasil: a obrigatoriedade do diagnóstico para o acesso aos procedimentos médicos, no nosso caso pelo SUS, e para a mudança de nome. Esta última, em alguns casos, é realizada sem a cirurgia de redesignação sexual, mas ainda com a necessidade obrigatória do diagnóstico que aponte a existência de TIG (transtorno de identidade de gênero) e o discurso do sofrimento e da vitimização está presente também no judiciário.²

Diz o manifesto:

Fazemos nossas as palavras do movimento feminista na luta pelo direito ao aborto e ao próprio corpo: **reivindicamos nosso direito a decidir**

² Para identificar tal discurso, basta conferir a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a alteração do registro civil no julgamento do Recurso Especial número 1008398/SP 2007/0273360-5, julgado em quinze de setembro de 2009, pela Ministra Nancy Andrihi, no Superior Tribunal de Justiça. No caso, a jurisprudência do Tribunal superior estabelece a alteração do registro em caso de já ocorrida a cirurgia de redesignação sexual. Quando não houve a cirurgia, há diferentes entendimentos jurisprudenciais, que não são o objeto de análise do presente artigo.

livremente se queremos ou não modificar nossos corpos podendo levar a cabo nossa decisão sem impedimentos burocráticos, políticos nem econômicos, assim como livres e qualquer tipo de coerção médica.
(online, grifo do próprio texto)

É interessante observar a relação entre o feminismo e o movimento pela despatologização da transexualidade, como também algumas reivindicações de reconhecimento de um feminismo *queer*, ou trans. Identifico uma disputa de campos de pesquisa entre teorias feministas e teoria *queer* localizada na divisão de objetos de análise (gênero para o feminismo e sexualidade para o *queer*) e, como a teoria não está separada da prática, ao menos para o feminismo, observo que a divisão atua como uma tecnologia de gênero no seguinte sentido: separando o que são “assuntos de mulher” como assuntos feministas, e centrando as demandas no que seria gênero, discussões identificadas como no campo da sexualidade não seriam do interesse imediato do feminismo.³ Ora, identificar que assuntos de sexualidade não são do interesse do feminismo implica numa concepção de sexualidade e de gênero que precisa ser ressaltada.

Aproveitando a necessária análise sobre a separação de campos e objetos de análise, é interessante considerar que a pesquisa – que começou com o objetivo de analisar o discurso jurídico de patologização da transexualidade – observou desde seu início uma dificuldade latente em considerar as ativistas trans como sujeitos legítimos do feminismo. Isto está bem delineado no texto de Linda Nicholson *Interpretando gênero*, em que a autora relata embates internos no movimento feminista sobre a participação ou não de mulheres trans.

Em entrevista⁴, a ativista trans feminista Ida Hamer, ao relatar e expor suas considerações sobre a participação de mulheres trans no eco feminismo, reflete sobre a participação intensa das mulheres trans no movimento feminista e *queer* de modo geral – em especial a revolta de Stone Wall em 1969 – e o posterior rechaço que estas ativistas sofreram dentro dos movimentos. Ela localiza na década de setenta a expulsão

³ Essa observação faz sentido no contexto brasileiro, uma vez que na Espanha, por exemplo, as organizações transexuais conseguiram apoio do movimento feminista já na década de noventa. Isto é interessante, pois é o momento em que o debate norte-americano se concentra no sujeito político do feminismo e o livro de Butler, *Gender Trouble*, faz esquentar as discussões sobre o sujeito político.

⁴ Entrevista extraída e traduzida por Sandra Michelli da Costa Gomes do Blog: <http://veganideal.org/content/talking-about-transphobia-and-ecofeminism-ida-hammer>; consultada em sete de junho de 2012.

das trans do movimento de mulheres nos Estados Unidos, além de vincular a tal rejeição a impossibilidade de retomada deste espaço pelas ativistas trans:

É fácil ignorar um grupo de pessoas oprimidas uma vez que elas tenham sido sistematicamente excluídas e alienadas de um movimento ao qual legitimamente elas pertencem. Não teriam as pessoas trans sido forçosamente excluídas do movimento de mulheres ao longo dos anos 70 e posteriormente impedido de regressar – às vezes com apoio da exclusão pelo Estado das proteções dos direitos humanos – as coisas teriam sido totalmente diferentes agora. (online)

É interessante notar que Hamer, ao invocar a década de setenta para pensar o que chama de cissexismo, faz referência, mesmo que de forma indireta, a um conjunto de debates teóricos e políticos sobre gênero e sexualidade que acabaram por também resultar na separação dos campos teóricos e políticos. Com a denúncia que Hamer faz à política do movimento de mulheres e *queer* do período, já é possível notar que alguns corpos, já leves demais para a norma heterossexual, mantiveram-se como tal para a política do movimento de mulheres: os corpos trans.

Feminismo e Queer: campos teóricos em disputa?

Como salienta Preciado (2008), as formulações teóricas sobre o conceito de gênero são tecnologias de gênero, nos termos trazidos por Teresa De Lqaretis (1989, p. 25),

La construcción de género hoy a través de varias tecnologías de género (por ejemplo, el cine) y de discursos institucionales (por ejemplo, teorías) con poder para controlar el campo de significación social y entonces producir, promover e “implantar” representaciones de género. Pero los términos de una construcción diferente de género también subsisten en los márgenes de los discursos hegemónicos. Ubicados desde afuera del contrato social heterosexual e inscriptos en las prácticas micropolíticas, estos términos pueden tener también una parte en la construcción del género, y sus efectos están más bien en el nivel “local” de las resistencias, en la subjetividad y en la auto-representación.

Considerar formulações teóricas feministas como tecnologias de gênero coloca a produção teórica feminista no plano de análise política. Neste sentido, compreendo que esta produção é também construtora de realidades, não se configurando apenas como leitora. À medida que se produzem conhecimentos capazes de reafirmar ou transgredir ordens de poder, a análise sobre os discursos acadêmicos institucionalizados como campos de saber que visam legitimidade científica torna-se objeto de análise. Ademais, a disputa entre campos de conhecimento e de objetos próprios de pesquisa é um termômetro das separações também dos campos políticos.

Além disso, é preciso considerar que no campo feminista a sexualidade é uma pauta antiga; para tanto, basta lembrar que o chamado feminismo radical pode talvez ser considerado um dos primeiros movimentos políticos a colocar como pauta do dia os direitos sexuais e reprodutivos. Alice Echols (1984) analisa algumas tensões internas do movimento feminista norte americano a respeito da sexualidade, envolvendo deste modo debates sobre a participação das lésbicas no movimento, a heterossexualidade como regime de poder, o movimento anti-pornografia nos Estados Unidos e as tensões referentes às feministas radicais e às chamadas feministas culturais. Para tanto, a compreensão de gênero da autora informa suas compreensões sobre sexualidade, e parece que é esta a tônica do debate entre feministas radicais e culturais.

A autora argumenta que as feministas culturais promoveram um novo determinismo biológico ao recorrerem ao corpo feminino como detentor de características inatas capazes de salvar o mundo dos valores masculinistas. Além disso, ao propagar a idéia de essência feminina, o feminismo cultural também propagava a idéia de unidade entre as mulheres – sororidade -, o que não o fazia o feminismo radical, segundo a autora.

As proposições que centram a cidadania feminina em parâmetros essencialistas como a lógica do cuidado e a maternagem como potência para novos valores humanísticos e contra uma cultura masculinista só não consegue perceber o quão masculinista é articular feminilidade e cuidado, como também feminilidade e salvação por meio da maternagem. Além da disputa sobre a corporalidade, as feministas culturais se diferenciavam das feministas radicais por integrarem o movimento anti-pornografia. A pornografia, para esse movimento, consiste um regime de opressão por objetificar o corpo feminino, submetendo as mulheres aos prazeres libidinosos dos homens.

De tal modo, se a pornografia é um regime de opressão, parece que a idéia de sexualidade trazida por estas feministas seria um espaço de domínio masculino. Para Alice Echols (1984, p. 59),

Cultural feminists define male and female sexuality as though they were polar opposites. Male sexuality is driven, irresponsible, genitally oriented, and potentially lethal. Female sexuality is muted, diffuse, interpersonally-oriented, and benign. Men crave power and orgasm, while women seek reciprocity and intimacy. Although cultural feminists often assume the immutability of male and female sexuality, the prescriptivism which permeates their writing reflects an underlying fear about their mutability.

Parece que as feministas que Echols chama de culturais baseiam suas análises a partir de um conservadorismo sexual que reafirma a passividade atribuída historicamente ao feminismo. Quero dizer com isso que ao centrar a sexualidade feminina no campo da cumplicidade como separada do prazer, e reforçando o léxico do amor romântico como prática amorosa verdadeiramente feminina, as feministas culturais acabam por reforçar a opressão da sexualidade feminina e acabam por não reivindicar e problematizar direitos sexuais.

De outro modo, as feministas radicais compreendiam que a luta pela liberdade da e na reprodução seria o fundamento para a autodeterminação das mulheres no que se refere à sexualidade, compreendendo esta como uma das relações que fundamentariam a relação de poder que subjuga as mulheres. Não é à toa, nem por devaneio, que Schulamite Firestone propõe na *Dialética do Sexo* formas de reprodução fora do útero. Para as radicais, a inibição feminina sobre a sexualidade deve-se menos a qualquer característica natural que à sociabilização.⁵

Se a compreensão da sexualidade é informada pela compreensão de gênero (no que parece ser o posicionamento de algumas teóricas que orientam as minhas análises, como Gayle Rubin e Judith Butler) percebo que as diferentes percepções sobre a sexualidade feminina – que representava (e ainda parece representar) um ponto de embate entre os feminismos – ecoam nas estratégias políticas do movimento; ou seja, se as mulheres são naturalmente passivas e não concentram sua sexualidade no orgasmo e na genitália, privilegiando o afeto, o amor romântico e a monogamia, parece coerente combater a pornografia – tópico da sexualidade masculina.

As ambivalências sobre a sexualidade feminina também servem para pensar a entrada de novos sujeitos políticos no movimento feminista, como a inserção das lésbicas no contexto norte-americano. Para quem o sexo era o fundamento da opressão das mulheres, o *lesbianismo* era particularmente ameaçador e para algumas feministas heterossexuais, a lesbianidade se referiria a uma experiência exclusivamente sexual. Em contrapartida, algumas feministas lésbicas estabeleciam cotas de participação em suas organizações para mulheres heterossexuais, que estariam se relacionando com o opressor, impedindo o fortalecimento do movimento feminista.

⁵ O projeto feminista radical incidia tanto na sexualidade feminina a serviço da sociedade, que ao mesmo tempo em que representou um incentivo ao empoderamento das mulheres sobre seus corpos e desejos, também contribuiu para nossa alienação sobre os aspectos psicológicos e sociais da sexualidade como relação de poder. (ECHOLS, 1984)

Gayle Rubin (1984) em *Thinking Sex* estabelece que para além dos discursos produzidos pela igreja, medicina e instituições jurídicas sobre o sexo que formatam o que seriam formas desejáveis de expressão da sexualidade e as formas indesejáveis e consideradas doentias, os discursos feministas sobre a sexualidade dinamizam-na da mesma forma. Sobre isso, a autora analisa a propaganda anti-pornografia elaborada pelo movimento feminista, em que concentra as atenções sobre a pornografia nas práticas sado masoquistas (S/M) - que nesta concepção levariam necessariamente ao estupro - corroborando alguns discursos religiosos e de direita contra tais práticas.

É possível pensar que tal opção política se insere na lógica de legitimação de práticas sexuais consideradas seguras, localizadas ao centro do círculo encantado elaborado por Rubin (1984) em que são localizados em posição marginal (mais afastadas do centro), a homossexualidade, a sexualidade considerada pecaminosa, não procriativa, promíscua, o sexo por dinheiro, a masturbação, o sexo grupal, casual, entre gerações, em público (no parque), uso de pornografia, uso de objetos manufaturados e S/M.

Em algum momento da política feminista, a compressão político-teórica sobre sexualidade segundo o pensamento das feministas culturais se tornou hegemônico dentro do movimento (RUBIN, 1984; ECHOLS, 1984), o que, analisando algumas produções teóricas de Rubin e Judith Butler, resultou na necessidade da formação de campos teóricos específicos e capazes de responder às necessidades referentes aos estudos sobre sexualidade e em resposta à perseguição a sujeitos fora da fronteira segura da heterossexualidade.

A partir de *Thinkig Sex* operaram-se várias rotulações do que seria o feminismo – rotulações que acabaram por desconsiderar feministas que utilizavam o conceito de gênero sem cair num possível discurso de vitimização das mulheres e aproximando o debate feminista das minorias sexuais. A partir da rotulação do feminismo como discurso vitimizador das mulheres e calcado numa análise de gênero que seria essencialista para seus críticos, as feministas que não se encaixaram no rótulo passaram a correr o risco de não serem reconhecidas como tal⁶. As feministas que não seguiam as

⁶ É interessante notar o posicionamento de Gayle Rubin sobre tal separação: Não vejo nenhuma razão pela qual o feminismo tenha que se limitar ao parentesco e à psicanálise, e nunca afirmei que ele não deveria trabalhar com a sexualidade. Eu disse apenas que ela não deveria ser vista como o lugar privilegiado para se trabalhar a sexualidade. Não posso imaginar estudos gays e lésbicos que não se interessem por gênero e pela sexualidade e, como você observa em seu trabalho, há muitas outras sexualidades a explorar além do homossexualismo masculino e o lesbianismo. Mas não estou convencida de que haja uma ampla aceitação dessa divisão do trabalho intelectual entre o feminismo, por um lado, e

proposições daquelas que aderiram o movimento anti-pornografia para gênero e sexualidade não seriam feministas. A separação fez com que sexo e gênero fossem compreendidos como sinônimos – apesar dos esforços para separá-los -, além de negar análises sobre a operação normativa de gênero na regulação da sexualidade (BUTLER, 1997).

Compreendo que reafirmar a separação dos objetos demonstra que os estudos gays e lésbicos – e a teoria queer – se colocam como os sucessores do feminismo, o que me parece ser uma visão linear da história. Além disso, para reafirmar-se como campo teórico próprio para teorizar sobre sexualidade, os estudos gays e lésbicos precisaram reivindicar tal legitimidade por meio da deslegitimação do campo feminista para tanto. Assim, relega-se ao feminismo o gênero como objeto próprio – e para tanto, parece se operar certa conceituação do que seria este *gênero* próprio e exclusivo do feminismo – este estaria restrito à moldura do biológico e esvaziado de toda sexualidade (BUTLER, 1997). E isto seria possível? Seria possível analisar gênero independente da sexualidade?

Aliás, sobre a própria separação entre sexo e gênero, considero relevante observar a posição de Henrieta Moore. Para a autora (MOORE, 1997), a distinção entre estas categorias foi poderosa para as análises das desigualdades de gênero. Com a separação analítica dos conceitos, sexo não cabe mais como justificativa para a violência de gênero – este se apresenta como ferramenta analítica para retirar o caráter naturalizante do sexo. Para a antropóloga,

A questão que temos de nos colocar no futuro é se tem sentido, a não ser onde argumentos biológicos espúrios sejam usados para justificar práticas discriminatórias, insistir na separação de sexo e gênero, quando a questão real não é o sexo, e sim ‘Sexo’. Todavia, outra questão precisa ser posta; é adequado separar ‘Sexo’ e gênero, quando se entende por ‘Sexo’ as práticas discursivas culturalmente específicas que dão sentido às partes do corpo e sua relação, como índice ou outra coisa equivalente, com substância e processos fisiológicos, incluindo aqueles que se associam à reprodução humana? Essa questão é mais difícil, e envolve uma consideração do problema da categorização sexual binária. (MOORE, 1997, p. 07)⁷

os estudos gays e lésbicos. E nunca foi minha intenção estabelecer uma barreira disciplinar mutuamente excludente entre o feminismo e os estudos gays e lésbicos. Eu não estava tratando dessa questão. Eu estava tentando conseguir um espaço para trabalhar com a sexualidade (e mesmo com gênero) que não supunha o feminismo como a abordagem obrigatória e suficiente. Mas eu não estava buscando criar um novo campo. Isto porque, àquela época, a institucionalização dos estudos lésbicos e gays era um sonho dourado que parecia muito longe das possibilidades imediatas. Não obstante, os estudos lésbicos e gays, enquanto tarefa, já tinham deslanchado. “Thinking Sex” era parte desse processo em pleno andamento. (Rubin em entrevista a Butler, 2003 [1994] p. 192-3)

⁷ Há neste trecho uma separação entre Sexo e sexo e gênero, em que a autora citada faz referência ao trabalho de S. Errington, em que Sexo é o complexo de crenças sobre os genitais como signos, que

A despeito das separações realizadas entre as categorias e os seus devidos campos de estudo, me parece relevante a opção de Judith Butler de operar com as categorias gênero e sexualidade em intersecção. Como marcadores da diferença, me parece uma perda analítica observá-las em separado, afinal, parece que os processos de engendramento acompanham e pare encontrarem-se submetidos a regimes de poder que se expressão pela organização da sexualidade.

Sujeitos, Corpos e relações de poder

Há, portanto, uma produção de conhecimento que fundamenta nossa compreensão de corpo e identidade, como também de gênero, que pode ser considerado como a nossa vivência da corporalidade. Como formula Judith Butler (1987, p. 142),

Sob importante aspecto, o gênero não é historiável a partir de uma origem definível porque, por sua vez, é uma atividade originalmente que acontece sem cessar. Já não mais entendido como produto de antigas relações culturais e psíquicas, o gênero é um modo contemporâneo de organizar normas passadas e futuras, um modo de nos situarmos e através dessas normas, um estilo de viver nosso corpo no mundo⁸.

Sendo assim, entre as variadas formas de produção da corporalidade, o “tornar-se mulher” de Beauvoir (1949) significa tornar-se um gênero para Butler (1987), como um processo de formulação da identidade regido pelas normas culturais, como também uma auto-produção cautelosa, contínua, repetitiva e não-linear. Ainda dialogando com Butler e sua teoria da performatividade (BUTLER, 1987, p. 143),

Escolher um gênero é interpretar normas de gênero recebidas de um modo que as reproduzam e organizem de novo. Menos um ato radical de criação, o gênero é um projeto tácito para renovar a história cultural nas nossas próprias condições corpóreas. Não é uma tarefa prescritiva de que devemos nos esforçar por fazer, mas aquela em que estamos nos esforçando sempre, desde o começo.

O esforçar-se sempre para tornar-se um gênero e, mais que um, gênero, dado que parece não haver possibilidade de existência fora deste padrão de organização da vida, é dizer que gênero é a forma primeira de organização das relações de poder, como

designa uma construção particular dos corpos humanos, e gênero faz referência àquilo que as diferentes sociedades humanas fazem do sexo. Para Moore, sexo é sempre Sexo. Para ela, “[...] embora a constituição, a configuração e os efeitos particulares do ‘Sexo’ sejam claramente variáveis entre as culturas, não há, em nenhum caso, outra maneira de conhecer o sexo, senão através do ‘Sexo’”.

(MOORE, 1997, p. 06)

⁸ O trecho citado pertence a um artigo em que a autora compara as conceituações de gênero em Monique Wittig, Simone de Beauvoir e Michel Foucault – mesmo que este último não tenha teorizado tal categoria, a autora considera relevantes seus apontamentos sobre sexo para pensar a categoria gênero. Assim, suponho que tal informação diga algo a respeito da formação teórica de Butler, que ocasionalmente tem sido colada à teoria queer ou mesmo ao pós-feminismo, o que, analisando sua produção, parece fora de contexto.

sustenta Joan Scott (1991, texto original de 1989), para quem a categoria gênero é utilizada para organizar a diferença sexual.

Butler parece problematizar a separação entre sexo como dado da natureza e gênero como dado da cultura:

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual 'a natureza sexuada' ou 'um sexo natural' é produzido e estabelecido como 'pré-discursivo', anterior à cultura, uma espécie politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura. (BUTLER, 1990, p. 25)

Neste sentido, ao analisar as disputas envolvidas sobre o sujeito político do movimento de mulheres lésbicas e o movimento feminista, percebo que não há um sujeito pré-discursivo, dotado de um sexo, que sofreria as regulamentações das normas de gênero. Pelo contrário, este processo se dá de forma mais sutil e complexa e só é possível pensar em sujeito gendrado a partir e a medida de sua sujeição às regulações da norma.

Aliás, o engendramento é um processo reiterativo de práticas e normas, que só produz seu efeito – no caso, o sujeito – a partir da reiteração através do tempo. É necessária uma série de atos performativos (e neste sentido, posso pensar na legitimação de determinados corpos como sujeitos) a fim de produzir sentidos a partir e sobre os corpos – aliás, para que estes corpos sejam produzidos, e nesta performance, sexo e gênero são naturalizados. Assim, a heterossexualidade é um vínculo social estabelecido e reiterado por atos performativos que autorizam e castigam as manifestações de existência dentro e fora da norma e este ato nada mais é do que o eco de uma cadeia de citações que apela à norma citada, conferindo assim a força performativa. Pensando as formas de constituição do sujeito, afirma a autora que

En realidad, sólo puedo decir “yo” en la medida en que primero alguien se aja dirigido a mí y que esa apelación haya movilizad o mi lugar en el reconocimiento social *precede y condiciona* la formación del sujeto; nos es que se le confiera el reconocimiento pleno, es decir, de llegar a habitar por completo el nombre en virtud del cual se inaugura y moviliza la identidad social de cada uno, implica la inestabilidad y el carácter incompleto de la formación del sujeto.[...] es la posibilidad históricamente modificable de un nombre que me excede, pero sin el qual yo no puedo hablar. (BUTLER, p. 317, 1995)

É a partir das elaborações teóricas apresentadas que esboço minhas análises sobre a constituição do sujeito político do movimento feminista e do movimento de mulheres lésbicas. É interessante observar que este sujeito tem um corpo, e os sentidos da corporalidade são negociados em todos os momentos em que se reivindica uma identidade feminista legítima e capaz para falar como tal. Assim, é interessante pensar que o corpo parece gritar a diferença: ser ou não mulher feminista passa por um território (corpo) que ao mesmo tempo em que apresenta seu significado em disputa, é reivindicado como dado elementar, justificador e natural. No centro desta corporalidade o sexo, que parece ainda dizer a verdade última sobre os sujeitos, como já nos apresentara Michel Foucault (1999).

Em 2005, no X Encontro Feminista da América latina e Caribe, algumas mulheres transexuais se organizaram para reivindicar sua participação como grupo político no encontro e apresentaram a carta *Por que queremos a abertura dos Encontros Feministas às pessoas trans*. O encontro seguinte, realizado em 2009 no México, em uma de suas colocações finais assinala “[...]la bienvenida a las mujeres trans”.

Entre estas datas, em 2006 ocorreu no Brasil o VI SENALE (Seminário Nacional de Lésbicas) em Recife – PE, momento que marcou no movimento feminista e no movimento de mulheres lésbicas brasileiro o debate sobre sujeito político do feminismo e do movimento de mulheres lésbicas, com a expulsão da militante trans Bárbara Graaner do Seminário. É interessante notar que a pesquisa realizada fez uma análise documental do relatório produzido sobre o Encontro, em que localizei certo desconforto sobre os acontecimentos. É importante ressaltar que no caso do SENALE, não há no relatório nenhuma justificativa apresentada para justificar a não continuidade na participação da ativista transexual Bárbara Granner que não a impossibilidade de participação de outros sujeitos se não as mulheres lésbicas, frisando aí não a orientação sexual, mas a identidade de gênero como fator determinante.⁹

⁹ É importante ressaltar que não há nenhuma referência à orientação sexual de Bárbara Granner no documento. Ou seja, o relatório produzido não justifica a não participação da ativista por ela ser heterossexual, mas por ser um ponto de discussão a participação de transexuais no movimento. Além disso, o documento faz claramente a separação que permeou, embora de forma não tão evidente, todas as diretrizes para políticas públicas e para a atuação política do movimento de mulheres lésbicas no Brasil: a separação entre mulheres e transexuais. O documento sempre que se refere às lésbicas carrega a orientação sexual como adjetivo do sujeito mulheres subentendendo o corpo que carrega a identidade lésbica, ou utiliza a categoria lésbica, sem se referir à categoria mulher. Contudo, pelo teor das discussões sobre identidade de gênero, a categoria lésbica parece deter a categoria mulher, ou estar incorporada por esta, que se mantém associada ao sexo. De outra forma, quando não se refere às mulheres, lésbicas ou não, usa a palavra transexual. É interessante notar também que não são feitas referências a mulheres transexuais quando as diretrizes traçadas pelo relatório se referem a políticas para as mulheres. As mulheres transexuais parecem estar sob o guarda-chuva da sigla LGBT, e incorporam as propostas de

Tendo em vista as experiências de desencontros entre lésbicas e transexuais, verifico que estas identidades tem se constituído em espaços políticos diferentes, e até o momento analisado percebo a corporalidade como elemento fundamental nos argumentos apresentados pelas lésbicas no SENALE, assim como na reivindicação das transexuais para incorporarem os Encontros Feministas da América Latina e Caribe. Contudo, os argumentos se desenham de forma contrária¹⁰.

Enquanto para as lésbicas no SENALE o corpo das mulheres transexuais não era um território passível de ser entendido como corpo feminino, as mulheres transexuais que apresentaram a carta para as mulheres feministas em 2005 na cidade de São Paulo reivindicaram o corpo como território de combate a fronteiras de sexo e gênero aparentemente intransponíveis dentro de uma lógica heterossexual de regulamentação da vida que estabelece a obrigatoriedade da coerência entre sexo/gênero/desejo sexual/prática sexual.

Considerações finais

Se o século XIX assistiu a ascendência do sujeito homossexual (FOUCUALT, 1999), o século XX assistiu a ascensão do sujeito transexual (BENTO, 2006), acompanhando a tradição da taxonomia do humano e do sexo como patologia. Tal classificação só faz sentido para uma lógica que dita o sexo biológico como discurso de verdade sobre o corpo e a subjetividade, assim como para um modelo de corporalidade pautado pelo dimorfismo sexual.

Assim, chego à conclusão que não são apenas os protocolos de patologização como o CID e o DSM que estabelecem a transexualidade como patologia. Parece-me que ser uma doença é antes, além de um dado clínico, um dado social. Neste sentido, e procurando articular a análise com o conceito de poder em Foucault, há um tecido de entendimentos que transportam a transexualidade para o território do não humano. Além disso, o processo de construção do sujeito político do movimento feminista tem se

políticas públicas como tal, além de estarem também sob o guarda-chuva da identidade de gênero.

¹⁰ Para este artigo, não me proponho analisar as aproximações do movimento de transexuais e travestis com o movimento de mulheres e movimento feminista. Contudo, a pesquisa desenvolvida por Flávia do Bonsucesso Teixeira (2009) aborda alguns aspectos desta aproximação no que tange a necessidade ou não de uma dada genitália para a reivindicação de algumas ativistas trans como mulheres feministas. Teixeira (2009) observa entre os ENTLAIDS de 2007 e 2009 a reivindicação da categoria mulher por transexuais, diferenciando-as das travestis, como também estabelecendo certo parâmetro para a aproximação do movimento de mulheres e feminista.

dado de forma genitalizada, a fim de reivindicar uma experiência que acaba por ser relacionada a uma genitália específica que ganha sentido como feminina.

Mais que a marca de diferença – e diferença que é estabelecida por alguém em dada relação de poder – e como processo de construção da subjetividade, a transexualidade marca também o território da construção de sujeitos políticos. Pensando nestes termos e levando em consideração que nossas instituições jurídicas exigem sujeitos de direitos bem definíveis e sem ambigüidade, considero que a entrada na cena do político de corporalidades que desafiam as regras do possível afeta os termos de diálogo de movimentos sociais com as instituições estatais. A política que se organiza por demandas parece necessitar de um sujeito bem definido e que escape às ambigüidades. Assim, concluo que a demanda de despatologização da transexualidade não tem se configurado uma demanda do movimento feminista, muito em virtude das disputas sobre o sujeito político do movimento.

Pensando na política feminista não há o que temer na lógica do paradoxo, tão característica da política feminista (SCOTT, 1988) – a contradição e a diferença podem se mostrar fatores interessantes para pensar o jeito de fazer políticas, organizar demandas e pensar políticas públicas. É preciso, em regime de urgência, criticar as certezas colocadas pelos saberes hegemônicos e, seguindo uma proposta foucaultiana, identificar o hegemônico inclusive nas práticas que se pretendem emancipatórias.

Referências Bibliográficas

BEAVOUIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. Trad. Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Eurpéia do Livro, 1970.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **A Reivenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Gramond, 2006.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferença. In **Cadernos Pagu** (26), janeiro-junho de 2006: pp. 329-376.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'. In: LOURO, Guacira Lopes. (org.). **O corpo educado – Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p.p. 153-172. Disponível em: <http://www.ufscar.br/cis/wp-content/uploads/Guacira-Lopes-Louro-O-Corpo-Educado-pdf-rev.pdf>, Acesso em: 26 de abril de 2011.

_____. Desdiagnosticando o Gênero. IN **Physis Revista de Saúde Coletiva**, vol. 19, n.01, Rio de Janeiro, 2009, p. 95-126.

_____. **Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del sexo.** Barcelona: Paidós, 1995.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Against proper objects. In: Weed E.; Schor, N. (org). *Feminism meets queer theory.* Bloomington: Indiana University Press, 1997. pp.1-30. Disponível em <http://ies.sas.ac.uk/events/seminars/Feminist/Butler.pdf>

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In HOLANDA, Heloísa Buarque de. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ECHOLS, Alice. The Taming of the Id: Feminist Sexual Politics, 1968-83. In VANCE, Carole S. **Pleasure and Danger: exploring female sexuality,** 1984.

XI ENCONTRO Feminista Latinoamericano e do caribe. *Conclusiones de las Plenarias del XI Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe.* Disponível em: http://observatoriodamulher.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=501&Itemid=3. Acesso em: 12 de janeiro de 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber.** Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guihon Albuquerque. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. In **Revista Estudos Feministas**, 17 (1): 296, janeiro-abril/2009.

MACKINNON, Catherine. Feminism, Marxism, Method, and the State: An Agenda for Theory. *Signs*, Vol. 7, No. 3, *Feminist Theory*, (Spring, 1982), pp. 515-544 Disponível em: [http://www2.law.columbia.edu/faculty_franke/Certification%20Readings/catherine-mackinnonfeminism-](http://www2.law.columbia.edu/faculty_franke/Certification%20Readings/catherine-mackinnonfeminism-marxism-method-and-the-state-an-agenda-for-theory1.pdf)

[marxism-method-and-the-state-an-agenda-for-theory1.pdf](http://www2.law.columbia.edu/faculty_franke/Certification%20Readings/catherine-mackinnonfeminism-marxism-method-and-the-state-an-agenda-for-theory1.pdf)

MENDEZ, Raquel Platero. Transexualidad y agenda política: una historia de (dis)continuidades y patologización. In **Política y Sociedad**, 2009, vol. 46, n. 1 y 2: 107-128.

MOORE, Henrieta. **Compreendendo sexo e gênero.** Disponível em: www.4shared.com/document/xSKsyf8s/Henrietta_Moore_COMPREENDENDO.html. Consultado em 01 de dezembro de 2011.

NICHOLSON, Linda. “Interpretando o Gênero”. IN **Revista Estudos Feministas**, vol. 8, n. 02, 2000, pp. 09-41, p. 21.

PRECIADO, Beatriz. **Texto Yonqui.** Madrid: Espasa Calpe, 2008.

RUBIN, Gayle. “ O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo” IN *In: R. Reiter (ed.), Toward an Anthropology of Women*, New York: Monthly Review Press, 1975,pp.:157-210. [Traduzido para o português e publicado por SOS Corpo e Cidadania].

_____. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes. Disponível em: http://cynthiasemiramis.files.wordpress.com/2011/08/gaylerubin_pensando-o-sexo.pdf, consultado em 15 de outubro de 2011.

_____; BUTLER, Judith. Tráfico sexual – entrevista. In **Cadernos Pagu** (21) 2003: pp. 157-209.

SÁEZ, Javier. “El contexto sociopolítico de surgimento de la teoría *queer*”. In: CÓRDOBA, David, SÁEZ, Javier e VIDARTE, Paco. *Teoría queer: políticas bolleras, maricas, trans, mestizas*. Madrid: Ed. Egales, 2007. p.p. 67-76.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma Categoria Útil para a Análise Histórica**. Trad. SOS Mulher, Recife, 1991, p. 21.

_____. **A igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista**. Debate Feminista (edição especial em português), 1988.

TEIXIERA, Flávia Bomsucesso. **Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Profa. Dra. Adriana Gracia Piscitelli e co-orientação da Profa. Dra. Mariza Corrêa.

TRANS, Pessoas. *Por que queremos a abertura dos Encontros feministas às pessoas trans*. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/331550.shtml>. Acesso em: 12 de janeiro de 2011.